

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradseg Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes.

Empresas Controladas e Coligadas
Em 31 de dezembro de 2023, a Bradseg Participações S.A., possuía investimentos nas seguintes empresas: Bradesco Seguros S.A., Bradesco Segprev Investimentos Ltda., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bradesco Gestão de Saúde S.A.

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral e por uma diretoria.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Participações do mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

Desempenho das Operações
O resultado acumulado do exercício de 2023 foi de R\$ 6,893 bilhões (R\$ 7,147 bilhões em 2022) e o patrimônio líquido somou R\$ 38,878 bilhões em dezembro de 2023 (R\$ 33,302 bilhões em dezembro de 2022).

Investimentos
As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 40,202 bilhões (R\$ 37,401 bilhões em 2022).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias “Valor justo por meio do resultado” e “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”, conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário
Em 28 de abril de 2023 ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 500 milhões.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 12b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos
A Bradseg Participações adota as melhores práticas de Gestão de Riscos, regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos

A atribuição de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro, sustentável e controlado satisfatoriamente. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais frameworks internacionais de controles, tais como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology).

Compliance

A estrutura de Compliance visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao acultramento e conscientização dos temas de compliance. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas, conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude

A Bradseg Participações mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Privacidade e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradseg Participações aprimora continuamente sua governança, com a adoção de medidas (preventivas e/ou temporárias), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos stakeholders e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado de Proteção de Dados ou Data Protection Officer (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e acultramento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de governança, para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento as solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

Os trabalhos referentes à Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Prevenção a Fraude e Privacidade e Segurança da Informação são realizados pela Bradesco Seguros (Holding).

Osasco, 28 de março de 2024.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022						
(Em milhares de reais)						
	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022
ATIVO						
CIRCULANTE		6.351.913	6.209.588		2.555.224	5.492.456
Disponível		2.774	76		2.555.224	5.492.456
Bancos		2.774	76			
Aplicações	4	5.611.924	5.402.811	9	2.461.275	5.215.395
Títulos e créditos a receber		737.215	806.701		720	401
Créditos a receber	6	525.275	386.096	10	93.229	276.660
Créditos tributários e previdenciários	7.a	211.940	420.605			
NÃO CIRCULANTE		35.723.906	33.140.010		643.080	554.910
Realizável a longo prazo		1.486.528	1.459.084		643.080	554.910
Aplicações	4	352.830	317.231	12	38.877.515	33.302.232
Títulos e créditos a receber		1.133.698	1.141.853		18.725.400	18.225.400
Créditos tributários e previdenciários	7.a	495.342	600.988		19.484.415	18.571.767
Depósitos judiciais e fiscais	11.b	637.041	540.865		763.405	(4.266.737)
Outros créditos operacionais		1.315	-		(95.705)	(173.376)
Investimentos		34.237.378	31.680.926		-	945.178
Investimentos em controladas e coligadas	8	34.237.378	31.680.926		-	945.178
TOTAL DO ATIVO		42.075.819	39.349.598		42.075.819	39.349.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS - MODELO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	7.021.847	7.366.180
Ajustes para:		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(6.568.226)	(6.478.649)
Juros e atualizações monetárias	(31.264)	(465.802)
Despesas antecipadas	-	(1)
Lucro ajustado do exercício	422.357	421.728
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(20.221)	2.617.582
Títulos e créditos a receber	353.198	(350.932)
Contas a pagar	(634.807)	739.855
Outros débitos	29.788	73.585
Caixa gerado/consumido pelas operações	(272.042)	3.080.090
Imposto de renda sobre o lucro pago	(3.978)	(6.046)
Contribuição social sobre o lucro pago	(64.607)	(119.362)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	81.730	3.376.410
Atividades de Investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	6.177.287	2.064.590
Aquisição de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(2.282.131)	(5.710.068)
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	2.331.781	7.703.276
Redução/aquisição de investimentos	231.000	(320.000)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	6.457.937	3.737.798
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(6.536.969)	(7.114.134)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(6.536.969)	(7.114.134)
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	2.698	74
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	76	2
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.774	76
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	2.698	74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	8	6.568.226	6.478.649
Resultado Bruto		6.568.226	6.478.649
Outras despesas/receitas operacionais		110.245	(108.227)
Despesas administrativas	14.a	(90.434)	(64.391)
Despesas tributárias	14.b	(30.204)	(73.695)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		6.557.833	6.232.336
Resultado financeiro	14.c	464.014	1.133.844
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		7.021.847	7.366.180
Imposto de renda	14.d	(94.252)	(160.196)
Contribuição social	14.d	(34.265)	(58.723)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.893.330	7.147.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.893.330	7.147.261
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):		
Companhia	(25.155)	(24.282)
Investidas	3.690.932	(1.003.926)
Imposto de renda e contribuição social	8.553	8.256
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
Companhia	268.032	(679.035)
Investidas	1.265.455	-
Imposto de renda e contribuição social	(91.131)	230.872
Total do resultado abrangente do exercício	12.010.016	5.679.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Acções de tesouraria		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022	18.221.181	2.367.957	10.913.018	(2.061.979)	(95.112)	-	29.345.065
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 24.08.2022	4.219	-	-	-	-	-	4.219
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(464.189)	-	208.535	(255.654)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	(1.740.569)	-	736.643	(1.003.926)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	2.505	-	-	-	2.505
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	(78.264)	-	(78.264)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.147.261	7.147.261
Proposta para destinação do lucro líquido	-	357.362	4.752.929	-	-	(5.110.291)	-
Dividendos Propostos	-	-	177.996	-	-	(2.036.970)	(1.858.974)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18.225.400	2.725.319	15.846.448	(4.266.737)	(173.376)	945.178	33.302.232
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 28.04.2023	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	160.299	-	-	160.299
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	3.690.932	-	(1.141.114)	2.549.818
Efeitos do CPC 50 em controladas	-	-	-	-	-	(1.282.653)	(1.282.653)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas	-	-	-	1.265.455	-	-	1.265.455
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(10.726)	(66.945)	77.671	-	-
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	36.257	(19.984)	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes	-	-	-	385	-	-	385
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Venda de ações	-	-	-	-	-	46.427	46.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.893.330	6.893.330
Proposta para destinação do lucro líquido	-	422.106	1.643.006	-	-	(2.065.112)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.396.056)	(2.396.056)
Destinação dividendos extra	-	-	(677.995)	-	-	(1.000.000)	(1.677.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	18.725.400	3.147.425	16.336.990	763.405	(95.705)	945.178	38.877.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais)

- Contexto operacional**
A Bradseg Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constitui objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Companhias que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela Instituição. O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.
A Companhia é controlada direta do Banco Bradesco S.A.
As demonstrações contábeis consolidadas da Bradseg Participações foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2024.
- Resumo das principais políticas contábeis**
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais.
 - Declaração de conformidade e base de preparação**
As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
As demonstrações financeiras consolidadas da companhia não estão sendo apresentadas, neste momento, dado a facilidade prevista no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.
As demonstrações financeiras consolidadas da companhia não estão sendo apresentadas, neste momento, dado a facilidade prevista no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.
 - Base para avaliação e moeda funcional**
As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
A moeda funcional da Companhia é o Real.
 - Uso de estimativas e julgamentos**
A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações e 10 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
 - Segregação entre circulante e não circulante**
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais.
 - Aplicações e instrumentos financeiros**
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
 - Modelo de negócio**
Configura a maneira pela qual o Grupo administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e (iii) manter os ativos para receber sua negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.
 - Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI**
O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.
 - Disponível (caixa e Equivalentes de Caixa)**
São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**
Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.
 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.
Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.
• **Recebíveis**
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo compreendem os valores registrados nas rubricas “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por outros resultados abrangentes**
São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

f. Investimentos
As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições, e, para as Companhias controladas do segmento de Seguros, contempla os efeitos do normativo CPC 50 – Contratos de seguros que teve início a partir de 1º de janeiro de 2023. Os efeitos já estão reconhecidos no resultado.
O detalhamento dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial estão apresentados na nota explicativa 7 – Participações Societárias.

g. Ágios sobre investidas
O ágio ou deságio são originados no processo de aquisição de investidas.
O ágio representa o excesso de custo da aquisição em razão da participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando há deságio, o montante é reconhecido imediatamente no resultado.
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).
Uma perda por *impairment* em relação a ágio sobre os investimentos em coligadas pode ser revertida.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. Em relação ao ágio, ainda que não haja indicação de perda, anualmente é realizado o teste de *impairment*.

i. Ativos e passivos judiciais e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
i. Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.
ii. Provisões para contingências
São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.
iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciária
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

j. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

k. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto empréstimos e recebíveis).

l. Normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.
As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das Demonstrações Financeiras. As entidades devem divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil, e é aplicável a partir de janeiro 2023. Concluiu-se que não houve impactos com a aplicação desta regulamentação.
Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro.
As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis, sendo aplicável a partir de janeiro 2023. Concluiu-se que não houve impactos com a aplicação desta regulamentação.
Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações, sendo aplicável a partir de janeiro 2023. A Companhia identificou que as alterações impactaram, de forma não relevante, somente as contas patrimoniais, sem impacto em resultado. A Companhia não identificou impactos com a aplicação desta norma.
Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023
Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabeleça as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

3. Gerenciamento de riscos
a. Introdução
A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.
A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.
Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.
No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.
O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação a mensuração dos contratos de seguros, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além os assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.
Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.
Gerenciamento do risco de crédito
O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.
Exposição ao risco de crédito
O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

Aplicações/Rating	2023		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.893.787	93.755	2.987.542
Título de renda fixa privado	2.353.420	93.731	2.447.151
Título de renda fixa público (*)	540.367	-	540.367
Opções	-	24	24
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	352.830	-	2.624.382
Título de renda fixa público (*)	352.830	-	352.830
Título de renda variável	-	-	2.624.382
Total	3.246.617	93.755	2.624.382
2022	3.155.046	129.506	2.435.490
Aplicações/Rating	AAA	A	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.837.815	129.506	2.967.321
Título de renda fixa privado	2.404.827	129.506	2.534.333
Título de renda fixa público (*)	432.988	-	432.988
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	317.231	-	2.435.490
Título de renda fixa público (*)	317.231	-	317.231
Título de renda variável	-	-	2.435.490
Total	3.155.046	129.506	2.435.490

(*) Os títulos públicos classificados como AAA referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

c. Risco de liquidez
O risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Gerenciamento do risco de liquidez
O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração. A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.
O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Aplicações/Rating	2023		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.893.787	93.755	2.987.542
Título de renda fixa privado	2.353.420	93.731	2.447.151
Título de renda fixa público (*)	540.367	-	540.367
Opções	-	24	24
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	352.830	-	2.624.382
Título de renda fixa público (*)	352.830	-	352.830
Título de renda variável	-	-	2.624.382
Total	3.246.617	93.755	2.624.382
2022	3.155.046	129.506	2.435.490
Aplicações/Rating	AAA	A	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.837.815	129.506	2.967.321
Título de renda fixa privado	2.404.827	129.506	2.534.333
Título de renda fixa público (*)	432.988	-	432.988
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	317.231	-	2.435.490
Título de renda fixa público (*)	317.231	-	317.231
Título de renda variável	-	-	2.435.490
Total	3.155.046	129.506	2.435.490

Aplicações/Rating	2023		Total
	AAA	Sem rating	
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.893.787	93.755	2.987.542
Título de renda fixa privado	2.353.420	93.731	2.447.151
Título de renda fixa público (*)	540.367	-	540.367
Opções	-	24	24
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	352.830	-	2.624.382
Título de renda fixa público (*)	352.830	-	352.830
Título de renda variável	-	-	2.624.382
Total	3.246.617	93.755	2.624.382
2022	3.155.046	129.506	2.435.490
Aplicações/Rating	AAA	A	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.837.815	129.506	2.967.321
Título de renda fixa privado	2.404.827	129.506	2.534.333
Título de renda fixa público (*)	432.988	-	432.988
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	317.231	-	2.435.490
Título de renda fixa público (*)	317.231	-	317.231
Título de renda variável	-	-	2.435.490
Total	3.155.046	129.506	2.435.490

d. Risco de mercado
O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.
Gerenciamento do risco de mercado
O gerenciamento do risco de mercado é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.
Definição de limites
As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.
As carteiras de investimentos financeiros da Companhia e suas controladas consistem em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.
Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.
Modelos de mensuração do risco de mercado
As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de *Stress Testing* considerando perda histórica do índice Ibovespa acumulada em janelas móveis de 21 d.u., com foco em perdas extremas diante de cenários de crise (condições de imprevisibilidade e alto impacto).
A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.
Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos	134.185	
Taxa de câmbio R\$/US\$	R\$ 4,84	
Taxa Prefixada de 1 ano	10,17%	
Cupom de IPCA de 1 ano	3,99%	
Cupom de IGP-M de 1 ano	5,38%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:
Fatores de risco

Exercício	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2023					
	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas a variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas a variação do preço de ações		
	Definição				

e. Risco operacional
O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.
Gerenciamento do risco operacional
O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.
4. Aplicações
a. Resumo da classificação das aplicações

Títulos a valor justo por meio do resultado	2023		2022	
	2023	%	2022	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.987.542	50,09%	2.967.321	51,88%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.987.518	50,09%	2.967.321	51,88%
Opções	24	0,00%	-	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.977.212	49,91%	2.752.721	48,12%
Títulos de renda variável - ações	2.624.382	44,00%	2.435.490	42,58%
Notas do tesouro nacional	352.830	5,91%	317.231	5,54%
Total	5.964.754	100,00%	5.720.042	100,00%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título
Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

Títulos a valor justo por meio do resultado	2023		Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.447.175	7.734	842	531.791	2.987.542
Quotas de fundos de investimentos	2.420.997	-	-	2.420.997	2.420.997
Letras financeiras do tesouro	-	7.734	842	531.791	540.252
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-
- Op. Compromissadas/outros (ii)	26.154	-	-	26.154	26.154
Opções	24	-	-	24	238
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.624.382	-	352.830	2.977.212	3.868.019
Ações (i)	2.624.382	-	-	2.624.382	3.472.841
Notas do tesouro nacional	-	-	352.830	352.830	395.178
Total	5.071.557	7.734	842	884.621	5.964.754

Títulos a valor justo por meio do resultado	2022		Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.534.333	11.524	45.252	2.967.321	2.967.267
Quotas de fundos de investimentos	2.510.043	-	-	2.510.043	2.510.043
Letras financeiras do tesouro	-	11.524	45.252	376.212	432.988
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-
- Op. Compromissadas/outros (ii)	24.290	-	-	24.290	24.290
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.435.490	-	317.231	2.752.721	3.939.291
Ações (i)	2.435.490	-	-	2.435.490	3.551.981
Notas do tesouro nacional	-	-	317.231	317.231	397.310
Total	4.969.823	11.524	45.252	693.443	5.720.042

i. Outros incluídos foram realizadas vendas de ações classificadas como títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 2.378.442 mil (R\$ 3.776.759 mil em 2022), o que representou a realização da mais valia no montante de R\$ 115.555 mil (Mais valia de R\$ 315.959 mil em 2022) que foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

ii. Outros incluídos foram realizadas vendas de ações classificadas como títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 2.378.442 mil (R\$ 3.776.759 mil em 2022), o que representou a realização da mais valia no montante de R\$ 115.555 mil (Mais valia de R\$ 315.959 mil em 2022) que foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

c. Hierarquia do valor justo
A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:
• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
• Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
• Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos a valor justo por meio do resultado	2023			2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.961.388	26.154	2.987.542	2.943.031	24.290	2.967.321
Quotas de fundos de investimentos	2.420.997	-	2.420.997	2.510.043	-	2.510.043
Letras						

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

5. Instrumentos financeiros derivativos
As operações com derivativos referem-se a contratos de opções, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedge), visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

a. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos de opções:				
Compromissos de compra:	2.220	2.220	238	24
Outros:	2.220	2.220	238	24
Total geral	2.220	2.220	238	24

(*) Refere-se ao valor líquido dos contratos de compra e venda.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Custo atualizado	Valor de mercado	%	De 181 a 360 dias	Total
Prêmios de opções a exercer:	238	24	100%	24	24
Total do ativo	238	24	100%	24	24

c. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência

	De 181 a 360 dias	Total
Contratos de opções:	2.220	2.220
Total	2.220	2.220

6. Títulos e créditos a receber

	2023	2022
Dividendos a receber:	509.100	356.335
Valores a receber pela venda de ações:	16.175	27.566
Outros valores a receber:	-	2.195
Total	525.275	386.096

7. Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2023			2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar:	206.903	-	206.903	414.025	-	414.025
Antecipação de IRPJ e CSLL:	5.037	-	5.037	6.580	-	6.580
Créditos e tributos diferidos (b-i):	-	548.649	548.649	-	634.445	634.445
Obrigações fiscais diferidas (b-ii):	-	(53.307)	(53.307)	-	(33.457)	(33.457)
Total	211.940	495.342	707.282	420.605	600.988	1.021.593

8. Participações Societárias
As participações societárias estão assim apresentadas:

	Bradesco Seguros S.A.	Bradesco Segprev Investimentos Ltda. (i) e (ii)	Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (ii)	Bradesco Gestão de Saúde S.A.	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (i)	Sociedades de Propósitos Específicos (ii)	Total
Dados 31 de dezembro de 2023							
Capital social:	7.700.000	120.812	57.785	12.672.471	2.504.219	-	-
Quantidade de ações/cotas possuídas:							
- ON:	732.540	120.811.255	57.785.133	12.251.025.597	1.344.922.848	-	-
Percentual de participação na data-base:	93,65%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	-
Total de ativos:	15.784.010	393.977	98.709	14.109.228	5.357.387	-	-
Total de passivos líquidos de provisões judiciais:	1.089.796	1.839	17.028	11.676	50.790	-	-
Provisões judiciais:	155.117	-	9.553	-	2.425	-	-
Patrimônio líquido:	14.539.097	392.138	72.128	14.097.552	5.304.172	-	-
Total das receitas:	7.138.669	634.630	82.009	1.180.223	812.088	-	-
Lucro líquido do período:	6.453.827	624.315	47.725	1.177.735	688.987	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	10.203.747	5.795.206	93.747	11.604.533	-	-	27.697.233
Aumento de capital:	-	-	-	320.000	-	4.219	324.219
Transferência de investimentos (ii):	-	(234.566)	238.785	-	-	(4.219)	-
Ações em tesouraria reconhecida em controlada:	-	-	-	(78.264)	-	-	(78.264)
Outorga de ações reconhecidas em controlada:	-	-	-	2.505	-	-	2.505
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas:	(1.274.429)	3.292	(3.033)	270.244	-	-	(1.003.926)
Dividendos/juros sobre capital próprio:	(955.955)	(618.400)	(135)	(165.000)	-	-	(1.739.490)
Resultado de equivalência patrimonial:	4.859.141	791.969	13.767	813.772	-	-	6.478.649
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.832.504	5.737.501	343.131	12.767.790	-	-	31.680.926
Redução de capital:	-	-	(231.000)	-	-	-	(231.000)
Transferência de investimentos (i):	-	(5.480.723)	-	-	5.480.723	-	-
Efeitos do CPC 50 em controladas:	(428.789)	-	-	(853.864)	-	-	(1.282.653)
Efeitos da taxa de juros reconhecido em controladas:	973.200	-	-	292.255	-	-	1.265.455
Outorga de ações reconhecidas em controlada:	-	-	-	16.273	-	-	16.273
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	385	-	-	385
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas:	2.260.154	741	273	288.236	414	-	2.549.818
Dividendos/juros sobre capital próprio:	(5.344.864)	(390.000)	(88.000)	(157.188)	(350.000)	-	(6.330.052)
Resultado de equivalência patrimonial:	4.643.165	624.315	47.725	1.079.986	173.035	-	6.568.226
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.935.370	491.834	72.129	13.433.873	5.304.172	-	34.237.378

(i) Em 30 de novembro de 2022, a Cia investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., fez uma cisão parcial do patrimônio líquido entregando para a acionista Bradseg Participações S.A. o Investimento detido de R\$ 5.480.723 da Cia BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.
(ii) Em 16 de dezembro de 2022, a Cia investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., reduziu o capital social entregando para a acionista Bradseg Participações S.A. o Investimento detido de R\$ 238.785 da Cia Kirton Corretora de Seguros S.A. e, em 30 de dezembro de 2022 a Bradseg aumentou o capital na investida Bradescor Corretora de Seguros em R\$ 238.785 mediante a capitalização do investimento adquirido da Segprev.

9. Obrigações a pagar

	2023	2022
Dividendos a pagar:	2.396.056	4.858.973
Pagamentos a efetuar pela compra de ações:	29.462	223.207
Honorários, remunerações e gratificações a pagar:	26.780	15.341
Outras obrigações:	8.977	117.874
Total	2.461.275	5.215.395

10. Impostos e contribuições

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social:	93.229	276.660
Total	93.229	276.660

11. Provisões judiciais
A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Obrigações legais
A Companhia é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição, acrescido de juros e atualização monetária.
PIS/COFINS – Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela empresa objetivando assegurar o direito de calcular e recolher o PIS e o COFINS nos termos da Lei 9.718/98 - Valor provisionado de R\$ 642.117 (R\$ 549.209 em 31 de dezembro 2022), com depósito judicial no valor de R\$ 637.041 (R\$ 535.968 em 31 de dezembro 2022) - O processo encontra-se em julgamento e está classificado como perda possível.

II. Passivos Contingentes:
Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$ 8.689, para os processos fiscais. O principal processo com essa classificação é o seguinte:
a) Saldo negativo de IRPJ valor atual de R\$ 8.545 - Processo aguardando retorno de diligência para julgamento na DRJ desde 10/04/2015 (fase administrativa).

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	554.103	807	554.910
Constituições líquidas de reversões e baixas:	29.631	157	29.788
Atualização monetária:	58.382	-	58.382
Saldo em 31 de dezembro de 2023	642.116	964	643.080

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	433.151	797	433.948
Constituições líquidas de reversões e baixas:	73.573	10	73.583
Atualização monetária:	47.379	-	47.379
Saldo em 31 de dezembro de 2022	554.103	807	554.910

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2023	2022
COFINS:	543.634	461.150
PIS:	93.407	79.715
Total	637.041	540.865

12. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 12.318 (12.318 em 2022) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.
De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.
Em virtude da relevância do resultado proveniente de suas controladas e, considerando que são operações de seguros, a distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, considerando o lucro apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas pelas controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e ANS.
Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício:	6.893.330	7.147.261
(+) Venda de ações reconhecidas no patrimônio líquido:	46.427	-
(-) Efeitos do CPC 50 reconhecidos em controladas e coligadas:	1.502.362	-
Lucro líquido ajustado	8.442.119	7.147.261
Constituição da reserva legal:	(422.106)	(357.362)
Base de cálculo dos dividendos	8.020.013	6.789.899
Destinação de Dividendos extras:	1.000.000	-
Dividendos propostos no exercício:	2.396.056	2.036.970
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado de exercício	42,34%	30,00%

b. Atos societários
Em 28 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária foi deliberado um aumento de capital social no montante de R\$ 500.000, elevando de R\$ 18.225.400 para R\$ 18.725.400, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

c. Reserva legal
Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária
Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 80% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

13. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Banco Bradesco S.A. (controlador) (a) (c):	28.928	24.366	2.396.056	4.765.091
Tapajós Holding Ltda. (ligada) (c):	-	-	-	93.882
Bradesco Seguros S.A. (controlada) (b):	497.912	-	-	-
Bradesco Gestão de Saúde S.A. (controlada) (b):	11.188	-	-	-
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (controlada) (b):	-	134	-	-
Total	538.028	24.500	2.396.056	4.858.973

	Despesas	
	2023	2022
Fundação Bradesco (ligada) (d):	-	(9.000)
Total	-	(9.000)

(a) Refere-se a saldo em conta corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
(b) Dividendos a receber.
(c) Dividendos a pagar.
(d) Doações.

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Movimentação dos créditos tributários e tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Consti-tuição	Rea-lização	Saldo em 31/12/2023
Provisão judicial - Fiscais:	188.728	29.924	-	218.652
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos:	-	17.981	-	17.981
Outros:	42.283	5.165	(38.307)	9.141
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	231.011	53.070	(38.307)	245.774
Ajuste a valor justo - títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	403.434	124.742	(225.301)	302.875
Total dos créditos tributários diferidos	634.445	177.812	(263.608)	548.649

	Saldo em 01/01/2022	Consti-tuição	Rea-lização	Saldo em 31/12/2022
Provisão judicial - Fiscais:	147.604	41.124	-	188.728
Outros:	5.811	42.615	(6.143)	42.283
Total dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias	153.415	83.739	(6.143)	231.011
Ajuste a valor justo - títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:	164.306	403.434	(164.306)	403.434
Total dos créditos tributários diferidos	317.721	487.173	(170.449)	634.445

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Atualização de depósito judicial:	33.457	19.850	53.307
Total	33.457	19.850	53.307

	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2022
Atualização de depósito judicial:	17.348	16.109	33.457
Total	17.348	16.109	33.457

c. Previsão de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024:	6.725	2.421	9.146
2028:	173.991	62.637	236.628
Total	180.716	65.058	245.774

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 210.904 (R\$ 208.108 em 2022).

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R\$ 29.600, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$35.000 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2023	2022
Proventos:	28.573	31.564
Planos de previdência complementar de contribuição definida:	35.000	21.500
Total	63.573	53.064

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

14. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2023	2022
Despesas com pessoal próprio:	(69.946)	(60.244)
- Honorários da administração:	(29.121)	(32.290)
- INSS/FGTS:	(5.824)	(6.458)
- Planos de previdência privada:	(35.001)	(21.496)
Despesas com donativos e contribuições:	(9.905)	(4.220)
Despesas com serviços de terceiros:	(10.424)	224
Despesas com localização e funcionamento:	(4)	(33)
Despesas com publicações:	(14)	(95)
Despesas administrativas diversas:	(11)	(23)
Total	(90.434)	(64.391)

b. Despesas tributárias

	2023	2022
Despesas com PIS:	(4.348)	(10.518)
Despesas com COFINS:	(25.282)	(63.057)
Impostos Federais:	(571)	(115)
Outras despesas com tributos:	(3)	(5)
Total	(30.204)	(73.695)

c. Resultado financeiro

i. - Receitas financeiras

	2023	2022
Re		

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Presidente	Luiz Carlos Trabuço Cappi	Presidente	Alexandre da Silva Gluher	Membro
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor Geral	Samuel Monteiro dos Santos Junior	Vice-Presidente	Octavio de Lazari Junior	Membro
Gedson Oliveira Santos	Diretor Corporativo de Tecnologia da Informação e Dados	Milton Matsumoto	Membro	Mauricio Machado de Minas	Membro
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor Fiscal Corporativo				

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da Bradseg Participações S/A

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Empresa e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradseg Participações e suas controladas: Atlântica Hospitais Participações S/A, Bradesco Diagnóstico em Saúde S/A, Bradesco Gestão de Saúde S/A, Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradseg Promotora de Vendas e Novamed Gestão de Saúde Ltda., e, em atendimento a Resolução SUSEP 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidencição das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidencição das deficiências detectadas.

Atividades do Comitê

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do ano de 2023, o Comitê, nesse sentido, desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 49 reuniões, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; e (iv) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (v) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas Empresas.

Outras quatro ocorridas com o Comitê de Auditoria do Conglomerado Bradesco.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD teve a oportunidade de apresentar a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas. Recomendamos, ainda, o acompanhamento por parte da Auditoria Interna do conglomerado Bradesco e da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2023, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, o Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os Auditores Internos, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados em 2023, principalmente, nos quesitos contábeis, com acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante as auditorias.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração das empresas. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações financeiras, no ano de 2023, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das Empresas ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2023 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Alphaville, 28 de março de 2024

Alexandre da Silva Glüher - Coordenador

Roberto Westenberger - Membro

Paulo Pereira Ferreira - Membro

Paulo Sergio Rodrigues - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da Bradseg Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradseg Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

